



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, a respeito da notícia que a CGU não se manifestou quanto a determinação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de colocar em sigilo resultados de pesquisas de opinião encomendadas pela Secom.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União - CGU, informações em relação à notícia que a CGU não se manifestou quanto a determinação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de colocar em sigilo resultados de pesquisas de opinião encomendadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Por que a CGU, que tem o papel fundamental de assegurar a transparência e a integridade na administração pública, ainda não se manifestou sobre a decisão de impor sigilo aos resultados de pesquisas de opinião financiadas com recursos públicos pela Secom?
- 2- Qual é a justificativa para o silêncio da CGU diante de uma medida que contradiz a prática anteriormente exigida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro,





quando a transparência dos levantamentos era uma prioridade defendida pelo próprio órgão?

- 3- A CGU considera compatível com os princípios da publicidade e da moralidade administrativa a decisão de esconder informações que deveriam ser de amplo acesso à sociedade brasileira?
- 4- Por que há uma aparente diferença de postura da CGU em relação à transparência, dependendo do governo em exercício? A isonomia na aplicação dos princípios republicanos está sendo mantida?
- 5- Quais os critérios utilizados para decidir que os resultados dessas pesquisas, custeadas com dinheiro público, sejam colocados sob sigilo, impedindo a sociedade de acessar informações fundamentais para avaliar as ações governamentais?
- 6- Que medidas a CGU pretende tomar para assegurar que o direito de acesso à informação, garantido pela Constituição e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), seja preservado, independentemente de quem ocupe a Presidência da República?
- 7- Como a CGU justifica sua falta de posicionamento em um caso que impacta diretamente a credibilidade da administração pública e a confiança da sociedade nas instituições?
- 8- Há alguma razão técnica ou legal que justifique o sigilo dessas pesquisas? Se sim, por que a CGU não comunicou essas razões de forma clara à sociedade?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da CGU entenda como pertinentes, enfatizando a importância do acesso à informação para o fortalecimento da democracia.





JUSTIFICAÇÃO

Recebemos com surpresa e preocupação, a notícia de que a Controladoria-Geral da União (CGU) não se manifestou sobre a decisão do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de colocar em sigilo os resultados de pesquisas de opinião encomendadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

De acordo com notícias¹, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu manter em sigilo os resultados de pesquisas de opinião encomendadas pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) desde o início de sua gestão, em 2023. A justificativa apresentada é que os estudos são “*documentos preparatórios*”, e sua divulgação poderia gerar “*pressões externas*” e *influenciar na “manipulação da opinião pública”*, conforme informou a Folha de S.Paulo.

Também, a reportagem informa que enquanto isso, a Controladoria-Geral da União (CGU) determinou que as pesquisas realizadas durante a gestão de Jair Bolsonaro sejam tornadas públicas. Esses levantamentos tratavam de temas como o Auxílio Brasil e outros programas sociais. A decisão gera um contraste entre o tratamento dado aos levantamentos das duas gestões, já que, até o momento, a CGU não comentou a escolha do governo Lula de manter o sigilo sobre suas pesquisas. Até o momento, a Controladoria-Geral da União (CGU) não se posicionou sobre o sigilo mantido nas pesquisas do governo atual, apesar de exigir transparência nos levantamentos realizados durante a administração de Jair Bolsonaro.

Ressalta-se, que essa postura contrasta de maneira evidente com a atuação da CGU durante o governo anterior, quando o órgão exigiu transparência irrestrita nos levantamentos realizados na administração do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tal omissão suscita questionamentos sobre a isonomia na aplicação dos princípios que regem a administração pública, em especial a transparência e o acesso à informação, fundamentais para a democracia e a confiança nas instituições.

¹ <https://www.folhadestra.com/governo-lula-gasta-quase-r-10-milhoes-em-pesquisas-mas-mantem-resultados-sob-sigilo/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

A decisão de impor sigilo a essas pesquisas, que são financiadas com recursos públicos, viola o direito da sociedade brasileira de conhecer informações que embasam políticas públicas e decisões estratégicas do governo. Além disso, a ausência de posicionamento da CGU, órgão responsável por assegurar a integridade e a transparência da gestão pública, gera um perigoso precedente e fragiliza o compromisso com a accountability, indispensável para uma democracia sólida.

Reiteramos a necessidade de que a CGU se posicione com clareza sobre o tema, cumprindo seu papel constitucional de fiscalizar e garantir que os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência sejam respeitados de forma equitativa, independentemente do governo em exercício.

Diante desse cenário, destacamos que a transparência não deve ser relativizada ou seletiva. É fundamental que as informações públicas sejam tratadas com seriedade e sejam acessíveis a toda a sociedade, fortalecendo os valores republicanos e democráticos que norteiam o Estado brasileiro.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

